

A Influência Religiosa nos Debates de 2010: O Aborto e a Ausência de Defesa dos Direitos das Mulheres

Rafaelly do Nascimento[1]

Jessica Allana Grossi[2]

Nilson de Paula Junior [3]

RESUMO

O estudo analisou a influência de grupos religiosos nas eleições de 2010, com foco no Debate Eleitoral presidencial do segundo turno, transmitido pela Rede Bandeirantes. Aliado ao contexto da época, observou-se que os candidatos Serra e Dilma adotaram uma postura conservadora ao tratar do tema aborto, pautados por um viés religioso que considera a prática como homicídio. O assunto tornou-se uma ferramenta de ataque, reforçando discursos morais, em vez de ser tratado como uma questão de saúde pública. Com isso, identificou-se que, nesses debates, a temática aborto foi instrumentalizada como uma estratégia eleitoral dentro desse espaço midiático.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Debates Eleitorais; Aborto; Religião.

Este artigo constitui um recorte de uma discussão iniciada na dissertação "Lugar de Mulher é na Política: Os candidatos à presidência do Brasil e as abordagens dos temas relativos às mulheres nos debates eleitorais da Band, em 2010, 2014 e 2018", publicado em 2020. Nele revela-se como a posição da Igreja foi fundamental para uma mudança significativa de posicionamento de Dilma Rousseff (PT) nas eleições de 2010, especialmente no que se refere ao tema do aborto.

O aborto sempre foi encarado como tabu em disputas eleitorais e por isso também é um tema recorrente em Debates Eleitorais. Nas eleições de 2010 a 2018 representou 31% dos temas que tratavam de mulheres (Nascimento, 2020).

Sendo importante frisar que a escolha por debates eleitorais televisivos se justifica por tratar-se de um formato de mídia que possui como características principais a possibilidade do eleitor comparar argumentações e desconstrução deste argumentos em um mesmo programa e o fato de ser ao vivo, algo que inviabiliza eventuais edições que podem manipular a opinião popular (Vasconcellos, 2011). No

[1] Mestre em Ciências Sociais Aplicadas e jornalista formada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: rafaellycel7@gmail.com

[2] Mestranda em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: jessicaallanagrossi@gmail.com

[3] Doutorando em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: nilsonpjunior@uepg.br

entanto, é importante salientar que, como observou Vasconcellos (2011), os debates não costumam impor ideias ao eleitorado, mas atuam principalmente no reforço de uma posição já estabelecida.

Dessa forma, ao tratarem dos temas, os candidatos operam seus discursos como uma maneira de criar uma imagem respeitável de si mesmos e, principalmente, em desconstruir a imagem de seus adversários. É comum que temas sérios não recebam o tratamento adequado nesse momento e se priorize o ataque como forma de convencimento ao eleitor indeciso ou para reforçar a posição daquele que já tem um candidato em mente.

Para tanto, utilizou-se da transcrição dos segmentos dos debates que traziam temas relativos às mulheres, com ênfase no tema aborto, presente em todos as disputas analisadas. Assim, o foco do texto será a primeira vez que o assunto aparece e seu desenrolar dentro do contexto político e social da época. O objetivo é mostrar como a interferência religiosa determinou a maneira como os candidatos utilizaram do tema aborto como ferramenta para desmoralizar seus adversários, ao invés de discutirem o tema como uma questão de saúde da mulher.

A temática entra em pauta no segundo turno de 2010, quando Dilma acusa o adversário José Serra (PSDB) de fazer uma campanha difamatória, buscando enfraquecer sua imagem diante do eleitorado. O tucano se defende das acusações, alegando que apenas trouxe à verdade, lembrando que Dilma havia sido taxativa em debate organizado pela Folha de São Paulo e UOL, quando defendeu a liberação do aborto, dizendo: “Eu particularmente não sou a favor do aborto, mas acho que o Brasil precisa de uma legislação que proteja a mulher” (Dilma, 2010).

Na época, o contexto eleitoral era marcado por discursos antipetistas vindos sobretudo de representantes da Igreja Católica. Destacava-se o discurso em favor da vida, porém, mais tarde, grupos evangélicos também se apropriam da pauta, algo que desencadeou em uma fuga de eleitores religiosos, obrigando o PT a buscar apoio deste setor no segundo turno eleitoral para superar o tema aborto. Em troca, os grupos religiosos evangélicos cobraram do partido o compromisso de que Dilma não alteraria a legislação vigente que proíbe a prática (Luna, 2014).

Parte da visão negativa no entorno do tema se deve à sua associação direta com a maternidade, que, em uma sociedade patriarcal, se converte no objetivo principal da mulher, quando ela finalmente atende ao seu papel na “mística feminina”

teorizada por Friedan (1971). Nesse sentido, o aborto se torna um dos elementos que impedem a mulher de alcançar esse "propósito santificado" de contribuir com a perpetuação da espécie.

Ivan Paixão (2006) argumenta que, ao longo da história, o aborto foi tratado por diferentes perspectivas ideológicas, mas nenhuma delas contemplou o interesse feminino. Para Biroli (2014), isso se converte na ausência de autonomia da mulher sobre o próprio corpo, o que dificulta sua atuação profissional e política.

A visão negativa do aborto tem origem ainda na Idade Média, respaldada pela teologia cristã. Nela o aborto é considerado homicídio e apenas apenas a partir de 1970, com o movimento de grupos feministas, que gradualmente práticas abortivas começam a ser legalizadas em países desenvolvidos (Paixão, 2006).

Na realidade brasileira quem rege a prática de aborto é o Código Penal de 1940, que considera crime a sua realização. Com exceção de gravidez que traga risco à vida da mãe, anencefalia do feto e em situações de estupro (Brasil, 1940). A legislação considera o aborto como homicídio, baseado na ideia de que a vida inicia na concepção. Thomson (2012) argumenta que a questão seja mais complexa, pois não existe consenso sobre quando a vida começa. Para a autora, cada circunstância precisa ser tratada de forma distinta, considerando o contexto que envolve a prática. Não se trata de incentivar a atitude, mas em determinadas realidades ele pode ser aceitável e tolerável, sendo necessária uma flexibilização da legislação.

No debate eleitoral analisado, Serra usa do tema aborto para desconstruir a imagem de Dilma, desconsiderando nesse caso o interesse público que o tema pede. Enquanto a petista cai na mesma armadilha e também usa da temática para prejudicar o adversário, relembrando que este regulamentou[4] o acesso ao aborto pelo SUS durante sua atuação como Ministro da Saúde do Governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Na sequência do debate Serra se defende em tom ironico e diz que não criou a legislação que regulamenta o aborto, o que é verdade, mas não foi o que Dilma havia dito, ela estava correta sobre a origem da Norma Técnica baixada pelo tucano. Ele segue dizendo:

[4] Norma Técnica baixada por Serra em 1998 e oficializada em 2005 pela Portaria 1508/05 (BRASIL, 2005)

> Eu nunca defendi a liberação do aborto, não há nenhuma evidência. Você defendeu, não estou nem entrando, fazendo juízo de valor a seu respeito. Você defendeu e de repente passa a outra coisa, a dizer o contrário, a fazer toda uma campanha, a se vitimizar com isso. Com relação a Deus, a mesma coisa. Tem entrevistas suas que diz que não sabe bem se acredita, não acredita e tal. Depois vira uma devota, não é? (José Serra, 2010).

Serra enfatiza que nunca defendeu a liberação do aborto e novamente sugere que a petista pareça alguém que muda de discurso por conveniência. E, para demonstrar essa suposta instabilidade no discurso, cita como exemplo a indecisão religiosa de Dilma, identificada por ele. Um claro esforço para colocar a candidata contra os cristãos. Tal discurso demonstra mais uma vez a relevância de grupos religiosos na disputa eleitoral de 2010, especialmente quando se tratou do tema aborto.

No mesmo debate, Dilma pela primeira vez saiu em defesa do bem-estar das mulheres: “A questão que se coloca é que se nós vamos para a hipocrisia, de fingir que não vemos que milhares de mulheres, três milhões e meio de mulheres, praticam o aborto em condições precárias e recorrem ao SUS. E eu me pergunto: vão prender essas mulheres ou vão atender?”. Com essa fala, a petista dá a entender que a preocupação ia além dos casos previstos na legislação. Porém, sabe-se que tais mudanças na legislação não ocorreram, em grande parte, pelo vínculo estabelecido entre o PT e líderes evangélicos (Luna, 2014).

Isso demonstra aquilo que Biroli (2014) teorizou sobre a necessidade de que mulheres legislem em prol de suas iguais, para além de ocuparem cargos públicos. Isso porque Dilma, apesar de ter sido a primeira mulher a ocupar o cargo mais elevado do país, não conseguiu interferir neste tema que é sobretudo feminino e que ainda segue uma legislação antiquada, do período colonial (Paixão, 2006).

Naquele debate, a saúde da mulher não importou; o que estava em jogo era a conquista de eleitores, para isso, ambos os candidatos tentaram atribuir ao outro o título de alguém que defende a descriminalização do aborto. Na última menção do tema naquele programa, Dilma relembra o que a esposa de Serra teria dito sobre ela de forma “difamatória”:

> Agora, o que não está certo, por exemplo, é a sua esposa, dona Mónica Serra, eu vou dizer o que ela falou. Ela disse: 'a Dilma é a favor da morte de criancinhas'. É tão absurdo a acusação que mostra a característica desse processo, dessa campanha, que é uma campanha contra mim e que usa uma coisa que o Brasil não tem, o ódio. Esse país não tem ódio religioso, não tem ódio étnico e não tem ódio cultural. Árabes e israelenses sentam na mesma mesa. Aqui, nós vamos ter evangélicos e cristãos, e católicos, estudando nas mesmas escolas. Então eu repudio essa campanha que está sendo feita. (Dilma, 2010).

Em 14 de setembro, ainda no primeiro turno de 2010, o *Estadão* noticiou que a esposa de José Serra havia dito em campanha, para um eleitor evangélico, que Dilma era a favor do aborto, logo, era favorável à morte de crianças (Moreira, 2010). Mais tarde, ainda na disputa, uma ex-aluna de Mónica Serra a acusou de ter realizado aborto, algo que foi negado pela campanha tucana (Luna, 2014).

Analisando as abordagens dos candidatos em relação a tematização do aborto durante aquele período eleitoral, utilizando especialmente a plataforma do Debate Eleitoral da Bandeirantes no segundo turno, percebe-se a conotação negativa dada ao tema, fortemente influenciada por preceitos religiosos cristãos que tratam a interrupção da gravidez como homicídio.

É ignorado, naquela oportunidade, tanto pelo tucano quanto pela petista que é do gênero feminino, o direito da mulher sobre o próprio corpo. Dilma se posiciona como vítima de uma campanha caluniosa que a coloca como favorável ao aborto e, consequentemente, ao homicídio de crianças inocentes. Conclui-se, assim, que os interesses femininos não foram defendidos por nenhum dos candidatos naquele contexto político.

Referências:

BIROLI, Flávia. O debate sobre aborto. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 123-130.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848/40**, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 1.508/05**, de 1º de setembro de 2005. Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da



Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS. Diário Oficial da União, 2005.

DILMA diz que nenhuma mulher é a favor do aborto e que prática é "ato desesperado". **UOL**, 2010a. Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/08/18/dilma-diz-que-mulher-faz-aborto-por-desespero-e-nao-por-ser-favoravel-a-ele.jhtm>. Acesso em: 17 de out. 2019.

FRIEDAN, Betty. **A Mística Feminina [1963].** São Paulo: Vozes, 1971.

LUNA, Nara. **A controvérsia do aborto e a imprensa na campanha eleitoral de 2010**. Caderno CNH: v. 27, n. 71. p. 367-391, Salvador, 2014.

MOREIRA, Gabriela. Mulher de Serra faz campanha no Rio e ataca Dilma. **Estadão**, 2010. Disponível em: . Acesso em: 26 de nov. de 2019.

NASCIMENTO, Rafaelly. **Lugar de mulher é na política: os candidatos à presidência do Brasil e as abordagens dos temas relativos às mulheres nos debates eleitorais da BAND, em 2010, 2014 e 2018**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

PAIXÃO, Ivan. Aborto: aspectos da legislação brasileira. In: CAVALCANTI, Alcilene; XAVIER, Dulce (orgs). **Em defesa da vida: aborto e direitos humanos**. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir-CDD. p. 197-212, 2006.

THOMSON, Judith Jarvis. **Uma defesa do aborto**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 7, p. 145-163, 2012.

VASCONCELLOS, Fábio. **Do confronto à conciliação: debates presidenciais na TV como eventos persuasivos de campanha.** 2013. 245f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.